

35 promova alguns estudos dos quais vou trazer na próxima reunião, estou adiantando,
36 mas, ao mesmo tempo, também pedindo para aqueles Conselheiros que queiram
37 contribuir com esta figura no sentido de fortalecermos esse espaço coletivo que
38 encaminhem, por gentileza, e-mail, carta, sinal de fumaça ou outro meio de
39 comunicação possível à Secretaria Executiva na figura do João Batista.

40 Gostaria de fazer alguns relatos antes de iniciarmos. Em virtude de alguns
41 acontecimentos, especialmente neste último fim de semana, aonde tivemos a decretação
42 de 122 municípios em estado de emergência em virtude das fortes chuvas que assolaram
43 três dias o Estado do Paraná.

44 Desde 2011, quando tivemos um incidente em Antonina e Morretes, o
45 governador do Estado do Paraná determinou que o Estado se fortalecesse na gestão dos
46 riscos e desastres naturais e antrópicos. Foi feito um convênio com o Banco Mundial,
47 este convênio prevê uma série de recursos. Para os senhores terem uma ideia o montante
48 é perto de oitenta milhões de reais conduzidos pela Secretaria de Planejamento do
49 Governo do Estado e um projeto que visa justamente fortalecer a previsão
50 meteorológica e melhorar os estudos matemáticos de chuva vazão, de acompanhamento
51 do volume dos rios, dos sedimentos dos rios, mapeamento adequado, cartografia
52 melhorada entre outros investimentos.

53 Então, mesmo não tendo sido liberados os recursos em virtude da Secretaria do
54 Tesouro Nacional, apresentaram uma série de óbices ao Estado do Paraná, o governador
55 desde 2012 empenhou uma série de recursos do Tesouro. Foram mais de doze milhões
56 de reais na aquisição de estações meteorológicas, que o nosso Presidente do
57 ÁguasParaná aqui tão bem monitora, são mais de cem estações instaladas que têm
58 telemetria, ou seja, não é necessário ir um técnico de campo, nós estamos arrecadando
59 esses dados em tempo real; foram adquiridos uma série de veículos com tração para que
60 os técnicos pudessem chegar; foram feitos investimentos na Mineropar, onde o nosso
61 Presidente Zen tão bem executa as suas tarefas; foi fortalecido o Simepar com radar já
62 instalado em Cascavel e em processo de licitação dois novos radares. Enfim, foram uma
63 série de aplicações realizadas nos últimos dois anos que transformaram a realidade da
64 Defesa Civil no Paraná em uma das defesas civis mais capacitadas para dar a resposta. E
65 mesmo assim estamos diante de uma situação da qual os senhores estão testemunhando
66 nas rádios, tevês, jornais e etc. Isso nos alerta sobre a importância deste Conselho se
67 debruçar sobre as mudanças climáticas, seus processos adaptativos e de mitigação.

68 Estive ontem na reunião do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas e é a
69 primeira vez em seis anos em que o fórum foi feito fora da cidade de Curitiba. Não
70 desprezando a nossa capital, mas no sentido de levarmos a discussão de mudança
71 climática para o Paraná. Fizemos no litoral e devemos fazer mais duas reuniões
72 espalhadas, pelo menos este ano, pelo Estado fazendo com que o Paraná se aproprie do
73 tema mudanças climáticas. Os chamados eventos extremos, como essas chuvas
74 torrenciais que assolaram o nosso Estado no último fim de semana, é um dos sinais
75 comprovados pelo painel climático da ONU como uma das situações mais perigosas
76 para a espécie humana. E foi dito pelo Bráulio, que é o Presidente da Convenção de
77 Diversidade Biológica, em que mostra que talvez estejamos, nós humanos, na maior
78 crise da espécie desde o seu surgimento no Planeta Terra. E é preciso que nós que
79 traçamos as políticas do Estado, tenhamos apoderamento sobre esses conceitos e
80 decidamos as nossas resoluções ou os nossos traçados de posicionamento dos nossos
81 órgãos, dos nossos setores da sociedade civil, dos municípios, quais ações e qual
82 impacto que elas causam ao meio ambiente tendo o viés climático. Todas as discussões
83 que temos feito com cooperação internacional tratam hoje a biodiversidade não mais
84 como um tema isolado, mas sempre biodiversidade com o viés climático. Ou seja, como
85 vou continuar mantendo a nossa biodiversidade pensando nas mudanças climáticas, seja
86 pela mitigação, para diminuir os efeitos que sobrepõem aos seres humanos e ao Planeta?
87 E a adaptação, ou seja, que tipo de trabalho eu posso fazer para que os seres humanos e
88 a natureza não sofram tanto o impacto desse efeito estufa, dessa mudança climática tão
89 rápida e tão célere que estamos vivenciando?

90 As discussões teóricas que isso era conversa, que isso não existe infelizmente a
91 natureza tem dado provas reais. Mesmo do ponto de vista cartesiano, ela tem feito todas
92 as teses, confirmações de teses, antítese e tem se mantido firme até ao ponto de termos o
93 Primeiro Ministro da Inglaterra, o Presidente da Nova Iorque nesta recente inundação
94 que teve tanto em Nova Iorque quanto no Sul da Inglaterra, pela primeira vez na
95 história, a declamarem: Ou os governos param e pensam nas mudanças climáticas ou
96 será impossível, ou intolerável, ou impensável a administração.

97 Para vocês terem uma ideia, nesse evento da Inglaterra, houve a falência de vinte
98 e poucos por cento das seguradoras, porque todas as casas eram seguradas, os carros
99 eram segurados, todo o Sul da Inglaterra foi atingido, 22% das seguradoras entraram em
100 falência. Então, tem um conteúdo extremamente importante do ponto de vista
101 econômico. Hoje, se observarmos, centenas de milhares de litros de leite foram

102 derramados, isso é perda do produtor, a cooperativa deixou de produzir leite, a
103 ensacadora que fez o saco, que fez a embalagem longa vida, ou seja, toda a cadeia
104 econômica é prejudica por um evento climático.

105 Então, faço esse apelo no início da nossa reunião para que possamos, João, nas
106 próximas reuniões do Conselho, aprofundarmos esse debate enquanto Conselho
107 Estadual de Meio Ambiente, enquanto eleitos tanto na sociedade civil quanto no Poder
108 Executivo, para mudarmos a ótica do nosso trabalho para que possamos juntos com
109 outros setores - e aí as mudanças climáticas como meio ambiente em geral é impossível
110 tratar disso de forma isolada na Secretaria de Estado de Meio Ambiente. É fundamental,
111 porque isso envolve absolutamente, Sezifredo, a saúde.

112 A dengue é uma demonstração clara; daqui a pouco, se continuarmos nesse
113 crescente aquecimento, pode ter um surto de malária no Paraná, porque ela está
114 migrando ao Sul em virtude das mudanças climáticas. O mosquito que vivia numa
115 temperatura média alta está começando a aumentar. Isso para dizer um dos exemplos
116 que a gente pode se avizinhar diante dessa situação.

117 Então, ao mesmo tempo em que faço o convite e faço essa declaração do
118 investimento do Governo do Estado, também acredito que nós precisamos estreitar as
119 nossas relações com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Está aqui o nosso
120 Presidente do Instituto das Águas, que na última reunião conversávamos isso no
121 Conselho de como é fundamental essa interação entre os dois Conselhos. É impossível
122 dizer de meio ambiente, de biodiversidade sem dizer de água, é impossível dizer de
123 água sem biodiversidade o meio ambiente de forma completa. Então, é fundamental que
124 nós tenhamos alguma maneira, algum mecanismo de integrar esses Conselhos nas suas
125 políticas e no seu pensamento para que a gente tenha uma harmonização das
126 proposições em relação à Agenda Azul, à Agenda Verde e à Agenda Marrom.

127 Então, também faço essa solicitação para que possamos na próxima reunião,
128 tanto no Conselho Estadual de Recursos Hídricos quanto no nosso Conselho em agosto,
129 ter isso na nossa pauta para vermos como a gente pode ampliar esses espaços de
130 interação entre os dois Conselhos.

131 Por fim, comunicar que estivemos em algumas reuniões em Brasília nas últimas
132 duas semanas e algumas notícias são importantes que a gente traga. Uma delas é o
133 Parque Nacional Guaricana, são quarenta e cinco mil hectares que estão na mão da
134 Presidente para ser assinado neste momento. Só para termos uma ideia o Parque do
135 Guaricana representa 50% de aumento das áreas protegidas do litoral do Paraná. Temos

136 cento e seis mil, mais ou menos, e passaremos com isso a cento e quarenta e sete mil
137 hectares de área protegida. E também pelo Decreto 11.020, seis mil e quinhentos mil
138 hectares de mata atlântica em estágio extremamente avançado e algumas delas em
139 floresta primária também estão sendo convertidos em unidades de conservação em áreas
140 contínuas ao Parque Estadual Rio da Onça em Matinhos e a Estação Ecológica
141 Guaraguaçu, Floresta Estadual do Palmito em Paranaguá e em Pontal do Paraná.
142 Também isso é uma demonstração da importância de ampliarmos as áreas protegidas
143 para a salvaguarda da biodiversidade no nosso Estado.

144 Hoje a nossa pauta principal - e aí, antes disso, quero agradecer a presença do
145 Deputado Estadual André Bueno, seja bem-vindo - a nossa pauta hoje se dá com três
146 itens principais: um é tratar da descentralização das atividades de licenciamento, da qual
147 foi objeto da última conversa da 89ª reunião ordinária, depois temos que fazer a
148 definição dos membros representantes do Conselho Estadual no Fórum Paranaense de
149 Mudanças Climáticas, que acabei de citar, e estabelecermos uma Comissão para a
150 eleição das entidades ambientalistas não governamentais com representantes no
151 Conselho. Então, são os nossos três itens de pauta.

152 E atendendo um pedido de um Conselheiro, na reunião passada nós falávamos
153 do Prêmio Mãe Natureza. Quero dizer que a minuta da resolução está sendo finalizada e
154 será encaminhada a este Conselho para apreciação nas Câmaras Técnicas para que o
155 Conselho decida a forma, a eleição e como será esse prêmio, instituindo-o pelo
156 Conselho Estadual com representantes da sociedade civil deste Conselho, como foi
157 deliberado na última reunião.

158 Com referência à Ata, peço ao Secretário Executivo para que faça uso da
159 palavra.

160 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (Sema):- Com relação a Ata
161 desta reunião recebemo-la domingo e não foi possível fazer a nossa leitura crítica para
162 fazer a avaliação do todo e reenviar a vocês para que vocês também tivessem tempo de
163 ler com atenção e deliberarmos sobre ela. Assim ela não será deliberada nesta reunião e
164 acumulará para a próxima reunião ordinária em agosto. Devolvo a palavra ao Sr.
165 Presidente.

166 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
167 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Peço para quem quiser fazer uso
168 da Tribuna Livre se inscreva com o Secretária Executivo João Batista, lembrando do

169 tempo regimental de quinze minutos dividido em igual parte para o número de pessoas
170 inscritas.

171 Há alguma deliberação, algum pedido de inversão de pauta, João Batista?

172 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (Sema):- Não, Sr. Presidente.

173 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
174 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Não havendo deliberação para a
175 ordem do dia, passo ao item 'a' da nossa ordem: Descentralização de atividades de
176 licenciamento e fiscalização ambiental, apresentação dos municípios aptos a licenciarem
177 as suas atividades.

178 Gostaria que o Secretário Executivo fizesse uso inicial da palavra para
179 apresentar o tema.

180 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (Sema):- Eu trouxe os
181 procedimentos que efetuamos para chegar com todos os processos nesta reunião para
182 apresentar a vocês.

183 Primeiramente os processos deram entrada em várias frentes, na própria
184 Secretaria Executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente, outros diretamente no
185 IAP, então eles se juntaram. Aqueles que entraram pelo Conselho ou pelo IAP,
186 independente de qualquer entrada, foi feita uma avaliação dos documentos acostados
187 neste processo todo, elaboramos uma planilha e transformei esta planilha em uma
188 apresentação para ficar um pouco mais claro para vocês.

189 Temos a Resolução 088/2013, para lembrar, que no seu Artigo 3º estabelece os
190 condicionantes para municípios se considerarem capacitados. Foram esses os
191 documentos solicitados para que o município atendessem os preceitos da Resolução 088.
192 Então, lembrando: "I - O Conselho Municipal de Meio Ambiente, instância colegiada
193 normativa, consultiva e deliberativa, de composição paritária, devidamente
194 implementado e em funcionamento; II - Fundo Municipal de Meio Ambiente,
195 devidamente implementado e em funcionamento; III - Órgão ambiental capacitado,
196 atendendo os requisitos do Inciso I do Artigo 2º desta Resolução; IV - Servidores
197 municipais de quadro próprio ou contratados através de consórcios públicos, legalmente
198 habilitados dotados de competência legal para o licenciamento ambiental; V -
199 Servidores municipais de quadro próprio, legalmente habilitados, ou através de
200 convênios com órgãos integrantes do SISNAMA para a fiscalização ambiental; VI -
201 Plano Diretor Municipal aprovado e implementado, contendo diretrizes ambientais; VII
202 - Sistema Municipal de Informações Ambientais organizados e em funcionamento; VIII

203 - Normas municipais regulamentadoras das atividades administrativas de licenciamento,
204 fiscalização e controle inerentes à gestão ambiental.” É isso que diz a Resolução 088.

205 A partir disso os processos que entravam solicitávamos a juntada desses
206 documentos e os processos que entraram e atenderam os ditames da nossa resolução, ou
207 seja, complementaram os documentos fazemos agora a apresentação município a
208 município. Do lado esquerdo os requisitos do artigo 3º e as normas municipais
209 referentes àquelas atividades.

210 Então, Guarapuava foi o primeiro município a apresentar suas normas, seus
211 documentos, e com relação ao sistema de informação, como diz a nossa própria
212 resolução, será fornecido pelo IAP. Então, naquele item sete, todos os municípios
213 habilitados usarão o sistema fornecido ao IAP para a integração de informações, dados,
214 etc. Então, Guarapuava apresentou todas as documentações que constam no processo
215 ali, para quem quiser fazer consulta. O outro município é o de Campo Largo que
216 também apresentou a documentação exigida no Artigo 3º, também está listado e está no
217 processo; o município de Cascavel também atendeu ao Artigo 3º; o município de
218 Castro, também com a listagem dos documentos necessários atendidos; o município de
219 Maringá também apresentou toda a documentação necessária; o município de Foz do
220 Iguaçu também; Araucária também com os condicionantes todos atendidos; o município
221 de Fazenda Rio Grande; o município de São José dos Pinhais apresentou toda a
222 documentação; Guaratuba e o município de Diamante do Sul. São esses os municípios
223 que atenderam ao disposto do Artigo 3º da Resolução CEMA 088/2013.

224 Seria isso, Sr. Presidente. E lhe devolvo a palavra.

225 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
226 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Pergunto se algum Conselheiro
227 quer fazer uso da palavra sobre este tema.

228 O Sr. Conselheiro Janderson Marcelo Canhada (COPATI):- Peço a palavra, Sr.
229 Presidente. (Assentimento). Presidente, por questão de princípio, eu sou favorável à
230 descentralização dos licenciamentos ambientais. Quero parabenizar essas prefeituras e,
231 ao mesmo tempo, demonstrar, compartilhar com vocês a minha tristeza da cidade que
232 eu moro, que é a segunda cidade do Paraná, não estar no rol dessas prefeituras.

233 Infelizmente Londrina passa por uma crise terrível, a Secretaria Municipal de
234 Meio Ambiente está totalmente sucateada, nós não temos fiscais, não existem cadeiras
235 para sentar e o Secretário tem que levar o computador de casa se ele quiser trabalhar.

236 Então, é motivo de júbilo para eu estar presente e verificar que têm cidades que encaram
237 o meio ambiente com mais seriedade, com mais amor e com mais respeito.

238 Por outro lado, Sr. Presidente, eu vim de Londrina, vim de carro e vim
239 entusiasmado com a possibilidade de chancelar, de votar. Evidentemente, como
240 Conselheiro, gostaria de ter acesso a esses processos de uma forma anterior, que se
241 passasse por uma Câmara Técnica pelo menos no Conselho. Temos pessoas aqui da
242 mais alta qualidade que poderiam chancelar esses pareceres que nos trouxeram no
243 sentido de votarmos a descentralização para essas cidades. Mas vou votar e vou
244 participar como cidadão, vou mostrar para outras cidades, quem sabe essas outras
245 cidades sirvam de exemplo para outros municípios, quem sabe com isso possamos
246 sensibilizar as pessoas e fortalecer o papel do CEMA - o Secretário começou a sua fala
247 de uma forma brilhante, falando sobre o fortalecimento do CEMA, do papel do CEMA,
248 de colocar o CEMA no mais alto grau no sentido de se estabelecer as políticas
249 ambientais do Estado do Paraná. Porém eu cheguei aqui e fiquei triste, porque eu fui
250 informado que vamos apenas ser informados que esses municípios vão passar a exercer
251 o papel de agentes licenciadores e que não teríamos nem direito a votar se esses
252 municípios teriam essa condição ou não.

253 Lembro-me muito bem, quando votamos a aprovação da resolução e vários
254 Conselheiros estavam aqui, isso foi motivo de questionamento ao Presidente, então
255 Deputado Cheida. Eu indaguei a ele se a palavra final seria do CEMA ou do IAP e que
256 eu teria uma proposta de alteração, porque entendia que o CEMA deveria dar esta
257 palavra final, não obstante ao peso e importância do parecer do IAP. E o Secretário
258 Cheida me disse que não era necessário, pelo menos foi isso que passou, inclusive
259 estamos com a Ata, vou pedir ao João ler, se for possível e o Presidente concordar, que
260 a palavra final seria do CEMA. Nós iríamos discutir que seria um processo que a
261 sociedade, que as outras Secretarias, que os representantes do Governo da sociedade
262 pudessem dar o seu parecer, participar de alguma forma nem que fosse votando.

263 Então vou ser bastante prático aqui e até me comprometo em votar
264 favoravelmente, mas gostaria que fosse colocado em votação: “Olha, vamos aprovar o
265 município de Cascavel, muito bem administrada pelo Prefeito Edgar Bueno, é um
266 exemplo para o Paraná, um orgulho de todos nós, para que possa licenciar!”. E aí vamos
267 votar se o município pode ou não. Vou votar de acordo com o parecer do IAP, mas eu
268 poderia votar contrário. Eu queria exercer o direito de votar como Conselheiro do
269 Conselho Estadual de Meio Ambiente.

270 E gostaria também que para os próximos municípios, Sr. Presidente, tivéssemos
271 uma forma de disponibilizar, se não for todos os documentos pelo menos o parecer do
272 IAP, pelo menos um parecer da Sema, alguma coisa em que os Conselheiros pudessem
273 vir para cá com condição de votar de forma tranquila também, porque eu duvido que
274 algum Conselheiro teve acesso ao processo, que não sejam da Sema e do IAP - só o
275 Adriano, porque ontem ele esteve lá.

276 Então, não vamos nem votar, a princípio, e se votarmos, e estou propondo até de
277 votar em respeito aos municípios que estão aqui representados, que os Conselheiros
278 tenham acesso nas próximas reuniões que for deliberar este tipo de assunto ao processo
279 com alguma antecedência, de uma forma digitalizada como acontece às vezes em
280 municípios muito pequenininhos. Esses dias visitei um que tem menos de cinco mil
281 habitantes, é tudo digitalizado, está tudo na mão, qualquer informação que você precise
282 está ali para consulta e para controle social. Seria isso, Presidente.

283 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
284 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Com a palavra, Conselheiro
285 Adriano.

286 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Apenas contar um pouco da
287 minha experiência. Há uma semana eu mandei um e-mail para o Secretário Executivo
288 do CEMA querendo saber quais documentos que seriam apresentados nesta reunião de
289 hoje, e a resposta foi que ele estava disponível na Secretaria. Eu fiz isso ontem à tarde,
290 mas eu senti muita dificuldade, porque não existe uma padronização. Cascavel, então, é
291 um *master*, é um verdadeiro livro de biblioteca.

292 Então, senti falta de uma padronização. Está certo que são os primeiros onze
293 municípios que estão solicitando licença para licenciamento, mas deveria se pensar
294 numa padronização da documentação. No município, por exemplo, não tem um quadro
295 específico do corpo técnico do Conselho ou da Secretaria. Existe lá uma série de cópias
296 e diplomas e, pasmem os senhores, até de histórico escolar, quando deveria ser
297 apresentado exatamente o técnico, em que categoria ele está dentro da estrutura do
298 município, ele recebe o seu salário, etc. Enfim, deveria estar mais ou menos
299 padronizado.

300 Então, têm algumas coisas que podem ser melhoradas e o município pode muito
301 bem providenciar isso. Analisar onze processos com muito papel, por isso concordo
302 com o Conselheiro Marcelo na questão de se digitalizar e colocar à disposição no
303 próprio site.

304 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
305 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- A Secretaria de Estado de Meio
306 Ambiente está adotando medidas para ser 100% digital. Adquirimos um equipamento
307 no final do ano passado e estamos no processo inclusive com certificação eletrônica,
308 tramitar processos entre o governo sem papel em virtude da questão ambiental. Teremos
309 a economia de algumas árvores pelo menos. Mas esse é um processo lento, é uma
310 tradição antiga, os nossos servidores são servidores que já passaram dos vinte e dois
311 anos de serviço. Então, é um processo gradual, mas já há um crescente nisso. É
312 impossível digitalizarmos os processos para disponibilizarmos, não há equipamento e
313 nem servidor para isso. Isso posso dizer já, do ponto de vista institucional não dá. O
314 parecer, não vejo problema nenhum. Independente do que vou falar agora, pode ser
315 digitalizada, são poucas folhas e disponibilizar.

316 Na última reunião, Marcelo e Adriano, foi estabelecido por vocês que os
317 processos estariam à disposição na Secretaria Executiva do Conselho. A decisão foi do
318 Conselho e eu segui o que o Conselho decidiu, na última reunião, que estaria disponível
319 durante todo o período no Conselho em virtude de toda essa dificuldade material. Não
320 temos como digitalizar essas centenas de páginas que o próprio Adriano comentou. De
321 qualquer forma eu acato, peço que a Secretaria a todo o momento faça essa informação
322 para os Conselheiros e caso queiram fazer uso de algum documento específico, façam a
323 solicitação à Secretaria Executiva.

324 Marcelo, o que você coloca é uma situação que o servidor público, seja em que
325 nível hierárquico, tem que responder por aquilo que está na norma. O que está na norma
326 não é isso o que você está me pedindo. O que está na norma no Artigo 4º, é que o
327 Conselho Estadual de Meio Ambiente tem um papel cartorial, após a definição das
328 práticas.

329 Nós pedimos um parecer jurídico até para dirimir essas dúvidas e nós
330 conversamos sobre isso na reunião passada onde tivemos alguns debates, depois
331 voltamos a tratar desse assunto internamente e veja, a todo o momento há a disposição,
332 do ponto de vista jurídico e na interpretação da Resolução 088, que o papel do Conselho
333 é de disciplinar as necessidades para os municípios entrarem. E chegou-se a cogitar que
334 estaríamos, entre aspas, “exagerando” no processo, porque a Lei Complementar 140
335 instituiu o direito aos municípios de licenciarem. E o Paraná estaria, entre aspas,
336 “castrando” esse direito ao estabelecer critérios e nós fizemos isso com a intenção, e
337 todos vocês participaram, foram quase dois anos de debate num grupo de trabalho aqui,

338 foi extenuante a nossa discussão sobre a Resolução 088 e, ao ser concluída, diz
339 claramente que o Conselho Estadual de Meio Ambiente não tem caráter de validade.

340 Então, se eu colocar para votação eu estaria cometendo um peculato, porque
341 estou submetendo ao Conselho algo que não está previsto. Na hipótese de não fazer, o
342 que vou fazer? Vou descumprir a resolução? Então, a minha sugestão, até falava isso
343 com o João, porque acho que foi o Professor Carlos - foi o senhor que falou na última
344 reunião? Existem algumas coisas que podemos melhorar. Então gostaria, até de forma
345 extemporânea, de fazer uma proposta, que a gente faça um grupo de trabalho para a
346 revisão da resolução do Conselho para que façamos a adaptação. Inclusive vamos
347 acompanhar os onze municípios para ver se isso foi suficiente, como isso andou e nos
348 próximos meses vamos ter um posicionamento.

349 A minha situação pessoal, ao qual tenho um parecer jurídico, depois vou pedir se
350 a Dra. Ana Cláudia ou a Dra. Edneia, que é a nossa chefe do jurídico da Secretaria e é
351 responsável na Procuradoria Geral do Estado no setor ambiental, se puderem corroborar
352 com essa questão, mas a minha preocupação é que tenho que seguir o que está ali, existe
353 um parecer jurídico que fala qual a decisão. Eu entendo a sua colocação, entretanto, o
354 nosso papel enquanto Conselho é traçar políticas e não substituir o processo executivo.
355 Porque se decidirmos fiscalização, a gente acompanha no sentido de Conselheiro igual a
356 todos os Conselhos, mas se estabelecermos que nós somos o processo validador nós
357 vamos assumir a responsabilidade e não aquele órgão que fez a responsabilização. Nós
358 não temos um corpo técnico, não temos um corpo executivo a exemplo de outros
359 Conselhos, isso também debatíamos hoje de manhã.

360 Então a minha sugestão é que estabeleçamos o que é prioritário para o Conselho.
361 O Conselho tem que criar regras claras que foi o que fizemos: “Quando vamos
362 descentralizar?” Quando os municípios atendam x, y, z, h, i, j e z. Aí caberá ao
363 Conselho fazer a comunicação e o acompanhamento.

364 Deixo a palavra aberta para quem quiser fazer uso. Com a palavra, Conselheiro
365 Marcelo.

366 O Sr. Conselheiro Janderson Marcelo Canhada (COPATI):- Sr. Presidente, com
367 todo o respeito, esse parecer, esse entendimento do senhor é diferente do parecer e do
368 entendimento do Presidente do Conselho de quando votamos a resolução. Esse item
369 especificamente, se o João ler, eu queria propor uma emenda fazendo essa alteração. E
370 me foi dito pelo Presidente, e estavam aqui todos os assessores jurídicos, os
371 Conselheiros, ninguém questionou o Presidente, de que a palavra final sobre o processo

372 de licenciamento do município passaria pelo CEMA. O Deputado Cheida falou isso de
373 forma literal, não dá nem margem. É só consultar a Ata, ele respondendo a mim, então
374 eu abri mão. Eu coloquei: “Sr. Presidente, depois que o senhor esclareceu estou abrindo
375 mão de apresentar a emenda!”, porque a reunião já estava demorada demais e foi dada
376 essa interpretação. E não vejo, Sr. Presidente, nenhum tipo de óbice! Ninguém vai fazer
377 peculato, ninguém vai atrapalhar o Estado do Paraná, os municípios, se o Conselho
378 puder participar de uma forma mais efetiva até no sentido de fortalecer mesmo o
379 Conselho Estadual dando a sua opinião final. Os representantes do Governo são
380 maioria, as ONG's hoje estão maduras para votar, temos técnicos de todas as áreas. Eu
381 não vejo dificuldade. Até estou antecipando o meu voto favorável, mas que a gente
382 pudesse ter essa participação. Não existe nenhum crime nisso, pelo contrário, vamos
383 fortalecer o CEMA, vamos fortalecer a representatividade do Paraná sobre as questões
384 ambientais e vamos dar tranquilidade até para as prefeituras não terem de se submeter a
385 uma ou outra decisão que possa ser política ou arbitrária, que isso seja feita de forma
386 democrática e transparente.

387 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
388 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Só para esclarecer, Marcelo, este
389 Conselho é paritário. O Governo não tem maioria, ele tem 50% do quadro, inclusive
390 todos os municípios devem seguir o mesmo. Então, a chapa branca que a gente brinca, a
391 chapa branca aqui é 50%. É um Conselho paritário que acho positivo do ponto de vista
392 da gestão democrática.

393 A pedido do Conselheiro peço ao Secretário Executivo que faça a leitura do
394 trecho destacado.

395 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (Sema):- “O Sr. Conselheiro
396 Janderson Marcelo Canhada (COPATI):- Gostaria de saber, Cheida, se posso apresentar
397 uma proposta de emenda aqui. Não quero ser chato, mas esta é uma questão, porque
398 hoje temos um Governo democrático, um Secretário municipalista que entende de meio
399 ambiente, mas ninguém sabe o que vai acontecer daqui a vinte, quinze anos no Paraná, e
400 quando sai uma resolução precisamos ter cuidado. Esse é o meu entendimento. Estou
401 querendo propor no Inciso I que o CEMA, após parecer do IAP, comprovará que o
402 município atendeu o disposto no Artigo 3º. Aí o plenário do CEMA, após parecer do
403 IAP, que teria um peso substancial evidentemente. Após comprovado pelo IAP que o
404 município atendeu ao disposto, quem tem que dizer se o município atendeu ao disposto
405 é o CEMA com parecer do IAP. O Sr. Presidente do Conselho Estadual de Meio

406 Ambiente, Luiz Eduardo Cheida:- Conselheiro Marcelo, veja, não há nenhuma
407 discordância com relação a isso. É o CEMA que vai dar o parecer final, após ter sido
408 feita a comprovação pelo IAP. Supõe que o IAP enviará para o CEMA os documentos,
409 a pedido do município munidos dos documentos, e a plenária de Conselheiros é que
410 decidirá.” Retorno a palavra, Sr. Presidente.

411 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
412 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Alguém quer fazer uso da
413 palavra? Por gentileza.

414 O Sr. Conselheiro Giácomo Clausi (Oscip/Gari):- Saudando o Sr. Presidente, os
415 demais Conselheiros, Sr. Secretário, nesta questão para mim tinha ficado bastante claro
416 nesta última reunião, minha pergunta é qual o percentual de Conselheiros que teve
417 acesso a esses documentos no CEMA e que agora estão aqui?

418 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
419 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- A resposta é 100%. Por
420 deliberação da reunião do Conselho a documentação ficou disponível todos os dias em
421 horário comercial, conforme ata, para quem quiser ler, já que precisamos ler Ata,
422 podemos ler a Ata que foi 100% durante todo o período. Da última reunião até essa
423 todos os processos ficaram disponíveis.

424 O Sr. Conselheiro Giácomo Clausi (Oscip/Gari):- Eu compreendi que ficaram
425 disponíveis, a pergunta é qual o percentual de Conselheiros que teve acesso aos
426 documentos, efetivamente.

427 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
428 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- A pergunta é quem folheou os
429 processos?

430 O Sr. Conselheiro Giácomo Clausi (Oscip/Gari):- Isso.

431 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
432 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Não fizemos o controle, porque
433 além do João Batista tem a Secretária e tem os estagiários que também ativeram às
434 pessoas que foram lá. Eu não tenho como dar essa precisão.

435 O Sr. Conselheiro Giácomo Clausi (Oscip/Gari):- Perfeito. Obrigado.

436 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
437 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Oficialmente ninguém fez o
438 pedido. Nem o Adriano, nem o pessoal de outros órgãos que estiveram lá.

439 Com a palavra, Dra. Ana Cláudia.

440 A Sra. Conselheira Ana Cláudia Bento Graff (PGE):- Boa tarde a todos. Já que a
441 discussão voltou acho que poderíamos aproveitar a oportunidade para aprofundar as
442 questões. Claro que é importante e é desejável que o CEMA, o Conselho que tem uma
443 participação heterogênea e representativa tenha a maior participação possível nesse
444 processo.

445 O problema que eu vejo, pelo menos por enquanto na Resolução 088 que foi
446 aprovada, é que não está dito com todas as letras que o CEMA que vai votar e aprovar.
447 Como em manifestação anteriores já dissemos que a Lei Complementar 140 não cria
448 muitas exigências para que o município realize esses licenciamentos, segundo a
449 tipologia que os Conselhos Estaduais vão estabelecer e que foi estabelecida na
450 Resolução 088, quanto mais procedimentos e burocracias nós criarmos mais risco existe
451 de parecer que o Estado está impondo requisitos à aplicação da Lei Complementar 140,
452 eventualmente não previstos na própria lei.

453 Um parêntese agora também, todas as “exigências”, entre aspas, ou requisitos
454 exigidos dos municípios que constam da Resolução 088 são uma aplicação concreta do
455 princípio da precaução e da prevenção. Ou seja, acho que ninguém aqui em sã
456 consciência deseja que um município não capacitado do ponto de vista técnico e formal
457 comece a licenciar seja quais empreendimentos forem. Agora, do jeito que está escrita a
458 resolução e se instalando um contraditório, digamos, ou mais um processo de discussão
459 dentro do Conselho, nós vamos chegar numa discussão assim: Por exemplo, o
460 município tem que demonstrar que tem servidores municipais do quadro próprio. Não
461 está escrito em lugar nenhum como o município vai fazer essa prova. Parece-me, como
462 uma pessoa da área jurídica, que os decretos de nomeação de cada servidor têm que
463 estar juntados. Mas ninguém chegou nesse nível de minúcias. Então, se é para o
464 Conselho, digamos, hipoteticamente, para analisar, fazer um pente fino ao cumprimento
465 de cada um desses requisitos, temos primeiro que deliberar sobre quais seriam as formas
466 de comprovação e não simplesmente chancelar. Porque estamos chancelando algo que o
467 IAP fez, que nós também não vimos, ou seja, se se cria mais uma instância é preciso
468 saber quais os mecanismos, quais os instrumentos que essa instância vai ter para
469 deliberar. Acho um pouco arriscado assinar em branco, sem ver nada.

470 Acho que é isso que nós Conselheiros deveríamos pensar e essa oportunidade de
471 rever talvez a Resolução 088 seja o momento para refletirmos sobre isso, porque nós
472 vamos criando complicadores. E se o IAP disser que está certo e o CEMA disser que
473 está errado, quem decide? E o CEMA vai dizer que está errado por quê? Com base em

474 quê, se os critérios não estão predefinidos? Ah tudo bem: “Ah, servidores municipais!”
475 O técnico de recursos humanos vai lá e diz: “São cinco servidores”, faz uma declaração
476 de próprio punho. Isso serve?

477 É um pouco complicada essa discussão. Então, me perdoem se eu não trouxe
478 nenhuma solução, mas quanto mais avançamos nessa discussão mais complexo fica.

479 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
480 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Agradeço, Conselheira Ana.
481 Marcelo e todos Conselheiros, vou ser muito franco e para quem me conhece há mais
482 tempo, estamos discutindo coisas que empobrecem o nosso espírito e não engrandece. E
483 como se tivéssemos o papel de congressistas aqui, aí o deputado que me corrija se eu
484 errar, nós definimos as normas e os regramentos, podemos até fazer ações fiscalizatórias
485 por decisão do plenário, mas nós não vamos executar a política, porque além de
486 extrapolar a competência e retirar a competência a quem é apto para fazê-lo, que é o
487 caso do Instituto Ambiental do Paraná, nós vamos nos demorar em ações diárias,
488 cotidianas. Foi isso que falei no começo e não é figura de linguagem, e os Conselheiros
489 que tiverem a oportunidade de fazer a sugestão e mesmo aqueles que não fizerem vão
490 perceber que algumas coisas que estamos propondo para o Conselho vão aumentar em
491 muito a forma como o Conselho vai determinar as políticas estaduais de meio ambiente.
492 Acho que estamos nos debruçando no que queremos para o meio ambiente no Paraná,
493 do ponto de vista da Lei Complementar 140, seguindo o princípio da precaução e da
494 prevenção? Nós queremos que os municípios tenham um quadro técnico mínimo,
495 queremos uma infraestrutura mínima, queremos que tenha leis e Conselhos. Essa é uma
496 decisão deste coletivo.

497 Bom, o que fizemos literalmente? Perdoem-me os técnicos, porque não é
498 nenhuma soberba o que vou dizer, nós falamos assim: “IAP, cumpra!” Cabe ao IAP
499 cumprir aquilo que nós decidirmos, eles podem até fazer uma instrução interna, uma
500 portaria regulamentando o Inciso III do Artigo 3º: “Para comprovação do quadro de
501 funcionários deverão ter anexo os seguintes documentos: decreto de nomeação, portaria
502 de designação xis. Para seguir o critério do Conselho: deverá anexar a Lei Municipal
503 reconhecida por Diário Oficial”. Mas isso é o dia a dia, igual acontece quando os
504 deputados - o Prefeito Edgar Bueno que já foi um grande deputado e operou em
505 algumas leis ambientais, colocava a lei, o decreto era regulamentador e várias
506 resoluções tanto do CEMA quanto da Sema tiveram que ser editadas para que a lei
507 pudesse ser cumprida. Nós temos uma reunião amanhã à tarde, por exemplo, sobre a

508 logística reversa e medicamentos onde tem uma lei que determina: “O Paraná deverá ter
509 até o dia tal...”, né, Sezifredo, nós estamos trabalhando juntos. E aí quem está tendo que
510 executar são os nossos técnicos.

511 Veja, Marcelo, francamente, com muito carinho, eu acho que se o Conselho
512 determinar isso vou acatar como estou acatando a resolução, eu pessoalmente se
513 estivesse, já estive no outro lado, acho que nós temos um papel mais nobre a ser
514 exercido sem demérito nenhum no papel que vai fazer a execução da política.

515 Então minha sugestão é que primeiro a gente tenha que fazer uma revisão,
516 mesmo porque está previsto em dois fazermos a revisão, e acho que temos que fazer a
517 revisão não no afogadilho do tempo, mesmo porque é impossível fazer isso, a minha
518 intenção é seguindo o que já foi colocado tanto no parecer quanto na reunião passada
519 quanto agora no qual estou entendendo. Caso contrário, nós temos que rever a
520 Resolução 088, porque ele não dá caráter deliberativo, e estabelecer as regras das quais
521 deste Conselho.

522 Sinto muitíssimo o que foi lido agora pelo Secretário Executivo e atestado por
523 você. Sinto muitíssimo! E eu pessoalmente fico numa situação extremamente delicada,
524 que não tenho condições de atender o que está escrito na Ata em virtude do que não está
525 disposto na resolução. Vou fazer com que vocês façam um ato precário e não sei qual a
526 saída para isso.

527 A palavra está aberta. Com a palavra, Conselheiro Giácomo Clausi.

528 O Sr. Conselheiro Giácomo Clausi (Oscip/Gari):- O problema que aparece aqui
529 é que esta declaração do Cheida, que ficou registrada em Ata em resposta ao Marcelo,
530 poderia ser até utilizada juridicamente para impugnar algum ato de licenciamento atual
531 e futuro.

532 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
533 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Infelizmente não. Por isso que
534 eu falei que estou numa situação delicada, porque a administração pública é pautada
535 pelo princípio da formalidade, e o que é formal é a resolução do CEMA, que estabelece
536 os critérios para isso.

537 O Sr. Conselheiro Janderson Marcelo Canhada (COPATI):- Peço a palavra, Sr.
538 Presidente. (Assentimento). Prometo que é a última vez que vou utilizá-la, e vou falar
539 como cidadão do Paraná. É complicado, Presidente, sabe por quê? A gente deixa os
540 nossos afazeres, a gente ama a natureza, tudo mundo aqui é correto, tem família, a
541 minha instituição tem um orçamentozinho, para a gente vir a Curitiba a gente conta as

542 moedas. Sabe o que é? Lá no interior, a gente não é funcionário público, a gente não
543 ganha diária para viajar, as pessoas que leem jornal, as pessoas que estão morando nas
544 favelas, eles verificam uma coisa dessa, isso é espantoso! Gente, como pode um
545 Secretário de Estado, que é deputado, numa reunião de um Conselho da importância
546 dessa, dessa magnitude, cercado de dezenas de assessores, inclusive o jurídico estava
547 aqui presente quando ele falou textualmente no sentido de fazer um apelo que eu não
548 precisasse apresentar uma emenda para alterar isso. E eu entendo que é nobre, sim, Sr.
549 Presidente! Por que não é nobre, se determinamos que o IAP faça determinada coisa,
550 que a gente possa no final do processo constatar se ele fez ou não? Porque se fez não
551 tem absolutamente nada a se opor. Se está comprovado que tem o Conselho Municipal
552 de Meio Ambiente, se tem os técnicos qualificados, qual seria o motivo para um
553 Conselheiro ou Conselheira votar contrariamente uma matéria dessa importância? É
554 apenas uma questão de controle social. Se não diz textualmente na resolução que o
555 CEMA não tem que dar a palavra final, mas não diz que não pode dar também. É uma
556 questão de interpretação! E se o senhor quiser amanhã acosto um parecer jurídico
557 dizendo exatamente isso! O próprio Secretário se deixou levar por esta interpretação,
558 que é do CEMA a última palavra. E os assessores jurídicos do CEMA, do IAP, o
559 Presidente do IAP estava aqui presente, ninguém absolutamente questionou. Professor,
560 o senhor estava na reunião, está aqui o meu amigo da Cohapar, todos nós estávamos
561 presentes aqui. Agora saí da minha casa, os senhores todos, a gente vem aqui
562 simplesmente para receber informação: “Olha que bonito, estão aqui os nobres
563 representantes dos municípios, o IAP fez o trabalho dele como sempre faz com muita
564 presteza, com muito cuidado e com muita responsabilidade!” E nós aqui vamos dar uma
565 salva de palmas, cumprimentar o prefeito, o Secretário, dar entrevista para a televisão e
566 nós vamos embora. Esse é o papel de Conselheiro? Esse é o papel do Conselho Estadual
567 de Meio Ambiente?

568 Então, Sr. Secretário, o senhor tem a oportunidade, não é ilegal, se não diz que
569 não pode, se não diz que tem, não diz que não pode. Vamos pelo menos sinalizar, até de
570 uma forma simbólica: Olha, o Conselho está de acordo com isso aí. E vamos, então,
571 convocar uma reunião da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental Extraordinária para
572 esta próxima semana e vamos trabalhar para deixar isso de forma mais clara e a partir
573 das próximas reuniões o Conselho votar pelo menos formalmente isso.

574 Esse é um apelo. O senhor é um democrata, o governador Beto Richa é um
575 democrata. Gente, não podemos tratar, o senhor mesmo falou do papel do Consema. Eu

576 quero contribuir! Estou contribuindo agora, como Conselheiro. Eu gostaria de dar o ok
577 ali. Eu falei de Londrina, e se o prefeito de Londrina faz um acordo com o futuro
578 governador do Paraná: “Olha, eu quero a descentralização!” E pressiona, pressiona, e
579 vocês sabem que pressão política tem peso, ninguém aqui nasceu ontem, isso faz parte
580 do jogo democrático, não estou fazendo juiz de valor. E aí uma cidade que o fiscal tem
581 que trocar o óleo do carro na conta dele no posto, porque a prefeitura não tem crédito na
582 praça para verificar uma queimada, um despejo de óleo em um riacho, vai vir com o
583 parecer aqui e eu como Conselheiro tenho apenas que tomar conhecimento disso!
584 Perdoem-me se me estendi, estou falando como cidadão, Secretário.

585 O Sr. Conselheiro José Tarciso Fialho (SEAB):- Sem querer polemizar, mas
586 temos muita experiência de Conselho e faz tempo que a gente vem trabalhando com
587 isso. E há uma dificuldade, embora pareça ser muito simples essa proposta que você
588 coloca, mas a prática é muito difícil de ocorrer e vou dizer por quê. Vou agora dizer
589 como área da pública, a maioria das pessoas que participa de um Conselho, se você
590 tivesse a oportunidade de verificar outros Conselhos que existem e que a gente
591 participa, você vai ver que as pessoas são as mesmas, muda muito pouco. Eu mesmo
592 participo de uns quatro ou cinco Conselhos e estou aqui direto, venho direto e por aí a
593 fora. Se houvesse nesses Conselhos alguma prática de fiscalização ou de análise mais
594 aprofundada de determinados processos, dificilmente isso seria feito com qualidade.
595 Normalmente iria pegar um elemento que está preocupado, ele centraliza isso, porque é
596 de algum interesse dele, ele vai fazer isso da maneira que ele achar.

597 Por isso que nos Conselhos em que a gente participa o que existe é uma
598 aprovação. Ela pode questionar. Por exemplo, algum município aqui pode apresentar
599 todos os documentos, mas se um Conselheiro resolver ir analisar os documentos,
600 verificar se tem coisa contrária ele pode aqui na plenária levantar esse problema, e aí
601 não aprovar.

602 Então, o Marcelo tem razão no sentido de ser participativo, só que estou
603 querendo tirar a operacionalidade disso. A operacionalidade tem que ser de um
604 executivo, de um órgão executivo. Secretarias não são executivas. O que são executivas
605 são as empresas que pertencem a essas Secretarias. O IAP é um executivo, a Emater é
606 um executivo e assim por diante, mas a Sema, a SEAB trabalham com políticas, mas
607 não trabalham com o executivo propriamente dito. Então quando você pega essa
608 atribuição para um Conselho fica pior ainda. Primeiro que é disperso, aqui tem
609 representantes de todas as áreas, de todos os interesses. A gente não ia chegar a um

610 acordo ou se chegasse a um acordo seria muito difícil, porque os interesses são muito
611 amplos. Teria que colocar em votação. Ao colocar em votação, você teria que dar o
612 direito de todos participarem dessa discussão e esse tempo que eu acho que é difícil para
613 o Conselho. O Conselho se reúne em determinada época para apoiar o que o executivo
614 fez. Agora se tem um Conselho de Meio Ambiente no Estado que não possa confiar no
615 seu Instituto Ambiental, então o que está errado não é o seu questionamento, o que está
616 errado é o Instituto.

617 Então nós temos que partir do princípio que o Instituto Ambiental tem
618 capacidade sim para fazer essa análise e nós temos que acreditar nisso. Caso contrário,
619 se houver dúvida, a dúvida é de outro nível, mas a partir do momento que
620 institucionalmente o IAP é o responsável para fazer esse crivo e essa análise por nós, é
621 como se eu lá na Secretaria da Agricultura duvidasse da Emater: “Não, a Emater não
622 serve para avaliar a extensão rural porque eu questiono isso!” O que estou querendo
623 dizer é o seguinte: o Conselho não pode ser executivo, ele tem que ser superior e para
624 ele ser superior ele tem que ter uma série de instituições trabalhando para ele, desde que
625 ela seja confiável. Como nós achamos que o IAP é confiável, a partir de então ele é o
626 representante do Conselho.

627 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
628 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Estão inscritos o Heitor e o
629 Jurandir. Com a palavra, Heitor.

630 O Sr. Conselheiro Heitor Rubens Raymundo (Sindiseab):- Eu entendi a sua
631 preocupação. Nós debatemos muito esta questão com os trabalhadores à época da
632 edição da lei e nós discutimos o seguinte aspecto: para cumprir o que a Lei
633 Complementar 140 coloca não precisava da Lei Complementar 140, não precisa editar,
634 porque os municípios, pelo Artigo 30, Inciso I da Constituição, o poder local, impacto
635 local, já pode começar independente de qualquer outra coisa. Hoje os municípios já
636 deviam estar exercendo a sua atribuição de, nos interesses locais, fazer a defesa,
637 combinado com o Artigo 225, já que a proteção do meio ambiente é dever de todos, já
638 deveriam estar executando, independente da Lei Complementar 140.

639 O que me preocupa, e isso analisávamos à época, é quando forem tirar
640 atribuições do Ibama, do IAP, da Secretaria ou do Instituto das Águas e passar aos
641 municípios. Aí, sim, na delegação! Porque agora, independente de verificarmos isso, a
642 Lei Complementar 140 só exige duas coisas, eu acho até que foi além, a Secretaria
643 exorbitou a sua competência ao propor este tipo de resolução. O que precisa? Precisa de

644 uma estruturação e capacitação do setor administrativo de tutela ao meio ambiente e de
645 um Conselho Deliberativo do Meio Ambiente, e isso acho que é papel nosso dar uma
646 olhada.

647 Vamos pegar as outras atribuições, e no IAP acontece muito isso da precarização
648 e da terceirização. Temos um monte de processos administrativos contra servidores ou
649 contra a atividade do IAP praticado por terceirizado que colocaram lá dentro, e aí
650 repercute em cima dos servidores, como se os servidores tivessem praticado algum ato.
651 Com essas coisas temos que cuidar em nível de município, na delegação! Mas não nessa
652 fase, porque esta fase na verdade nem precisaria estar aqui. Os municípios já tinham o
653 dever anterior, desde 1988, em fazer isso. Por exemplo, o Edgar Bueno, prefeito de
654 Cascavel já poderia ter implementado e já implementa algumas atividades. Agora, a
655 hora que formos delegar, por exemplo, o licenciamento de uma PCH - é impossível,
656 mas qualquer outra atividade que é do Estado ou que é do Ibama, uma unidade militar,
657 se delegarmos isso aí me preocuparia porque teria que ter uma avaliação melhor.

658 Quanto à questão dos trabalhadores me preocupo em ver se tem vínculo, porque
659 só pode exercer a atividade de fiscalização e de licenciador servidor público de carreira
660 concursado, integrante. Está lá, no Artigo 70 da Lei 9.605. Isso compete a nós. Ou o
661 Plano Diretor e o Estatuto das Cidades, aí que está determinado. Bom, então, não vejo
662 essa preocupação agora. Mas queria fazer uma ligação com essa sua preocupação, é que
663 precisamos em no máximo um ano dessa experiência, Curitiba já faz muito tempo e não
664 temos até hoje uma avaliação concreta das atividades da Secretaria Municipal de Meio
665 Ambiente de Curitiba, enquanto estabelecedor de uma política estadual.

666 Então, o que precisamos fazer? Estabelecer, talvez nessa reforma em que se fala,
667 Caetano - Secretário de Meio Ambiente, uma forma de auditoria para acompanhar os
668 municípios que receberam essa delegação para ver se efetivamente a proteção ambiental
669 está ocorrendo no âmbito do município. Isso me parece que é muito mais importante.
670 Eu, por exemplo, não gostaria de cancelar essa delegação, porque de repente eu
671 chancelo e lá na prática não se efetiva, apesar de todo o formalismo, de toda a
672 burocracia ser cumprida. Os municípios apresentaram isso, apresentaram tudo! Mas na
673 efetividade da prestação do serviço público não se efetiva. Quer dizer, é um péssimo
674 serviço público, é um serviço público que não protege o meio ambiente, etc.

675 Então queria propor, Secretário, para tentarmos vencer esta questão, a proposta
676 do senhor é importante, que estabeleçamos um prazo para a revisão dessa questão e que
677 também estabeleçamos um prazo para o Conselho Estadual de Meio Ambiente exercer o

678 seu controle social sobre as políticas por si definidas. Qual? Ver a efetividade do serviço
679 público lá no município. Que efetividade estou falando aqui? É se as condições
680 ambientais do município melhoraram ou pelo menos não pioraram, com isso nós
681 cumprimos o nosso papel.

682 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
683 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Conselheiro Guatassara.

684 O Sr. Conselheiro Jurandir Guatassara Boeira (COHAPAR):- Até preferia não
685 estar me pronunciando sobre este assunto, estou fazendo isso até por constrangimento.
686 Acho que é constrangedor para todos nós, membros do Conselho, termos trabalhado
687 tanto tempo na produção de uma resolução, e me parece que a descentralização já estava
688 madura, o objeto que estamos discutindo. A descentralização já era algo definido por lei
689 e o Estado e o CEMA foram além, estabelecendo uma resolução com mais cuidado do
690 que a própria lei pedia. E neste momento o que está em pauta é somente a apresentação
691 dos municípios que atenderam todos os aspectos da resolução e nós reiniciarmos uma
692 discussão sobre o que nós próprios decidimos.

693 Esta resolução foi totalmente aprovada neste Conselho, passou por este
694 Conselho, foi amplamente discutida, então considero extremamente constrangedor
695 colocar os municípios presentes de volta nesta discussão. Acho que é incabível, é
696 descabida a discussão. Se tivermos que fazer uma discussão sobre esta resolução que se
697 coloque na pauta do Conselho novamente, mas não neste momento, acho que não cabe.
698 Nós estamos perdendo a noção do papel deste Conselho, aliás, como é de todos os
699 Conselhos. O nosso papel não é executivo, não é possível que a gente determine numa
700 resolução um ato executivo como examinar documentação.

701 Os conselhos são criados para discutir políticas, no caso do Conselho Estadual
702 para discutir a política do Estado, receber eventualmente denúncias, neste caso
703 específico se houver algum abuso, algum problema que envolva uma discussão dentro
704 do Conselho, um licenciamento, alguma coisa abusiva, acho que cabe a gente estar
705 discutindo e revendo a resolução. Agora, assumirmos uma posição executiva de
706 examinar documentação para ver se o município a, b ou c está apto ou não, é extrapolar,
707 é ir além dos desígnios do Conselho, de qualquer Conselho que seja. Não é nem do
708 Conselho do Meio Ambiente, de qualquer Conselho. Então, eu proponho que a gente
709 cesse essa discussão e que se cumpram os desígnios dos órgãos executivos do Estado e
710 se eventualmente se verificar, e todos os documentos estão à disposição de todos os
711 Conselheiros, de todos os órgãos, se algum Conselheiro verificar que há alguma

712 irregularidade no processo, que traga para o Conselho para discussão. Mas fora isso que
713 o IAP, que a Sema cumpra o seu papel e dê o aval, diga se toda a documentação está
714 correta e fim. E os municípios vão desempenhar o seu papel que desde sempre é do
715 município esse papel de licenciamento. O Estado só toma para si enquanto há
716 fragilidade dos municípios, a resolução já define isso, se não é frágil, se tem condições
717 de fazê-lo que o façam. O Estado não deve tomar esse papel para si se os municípios
718 têm competência para tal. E isso a resolução está dizendo e a lei já disse isso. Então, a
719 minha proposta é que se encerre esta discussão, Sr. Presidente.

720 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
721 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Vou pedir que a gente encerre as
722 inscrições no Cláudio, e estou me inscrevendo.

723 O Sr. Conselheiro Cláudio de Jesus Esteves (CEDEA):- Serei bem rápido para
724 recordar, com todo respeito ao Conselheiro Guatassara, com todo o respeito ao Tarciso,
725 concordo até no conteúdo de vocês mas esta discussão só voltou à tona em função de
726 um acordo feito do antigo Presidente com todo o Conselho, mas principalmente na
727 figura do Marcelo.

728 Então, quero deixar aqui bem claro o meu total apoio, o apoio do CEDEA na
729 íntegra à fala emocionada do nosso amigo Marcelo, nossa solidariedade com o nosso
730 amigo.

731 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
732 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Não tendo mais nenhum
733 Conselheiro inscrito, dizer que não quero transformar isso, e falo especialmente ao
734 Marcelo, numa demonstração de que isso é enfraquecimento do Conselho ou que não
735 quero o controle social. Muito pelo contrário, quero cada vez mais o controle social,
736 porque é somente nos meios coletivos que nós temos o controle social. Por isso o
737 Conselho até pediu que o Ministério Público fosse informado, as Câmaras de
738 Vereadores, ter todo um controle justamente para que houvesse o acompanhamento e se
739 porventura alguém estiver extrapolando as suas funções tivessem uma investigação no
740 civil, uma investigação criminal, independente disso.

741 Volto a reiterar, se fosse a minha decisão monocrática, a minha decisão seria
742 fortalecer o papel normativo deste Conselho, porque é onde vai disciplinar e é o papel
743 que foi criado, como o Tarciso e o Guatassara falaram. O nosso papel é disciplinar as
744 ações dos executores, seja o IAP, seja o Águas, seja o ITCG, seja a própria Secretaria de
745 Meio Ambiente. Podemos até disciplinar ações do Sezifredo que nem faz parte do

746 sistema ambiental e pode ter uma resolução, como é o caso das questões dos
747 medicamentos que vai implicar diretamente na saúde. A Mineropar nem se fala. Bom,
748 enfim, eu não quero transformar isso em uma aparente e uma falsa aparência de que
749 existe algo que tenha que se esconder, mesmo porque vai estar editado. Todo esse
750 processo é disponível e o Instituto Ambiental do Paraná tem feito a avaliação executiva
751 nisso, tanto é que o processo vai continuar aberto a qualquer cidadão que queira, mesmo
752 porque a Lei de Acesso a Informação hoje em dia dá esse direito. Não é uma
753 prerrogativa deste Presidente, deste Secretário, mas da própria legislação em vigor. Mas
754 independente disso e lamentando o ocorrido sinceramente, nós, ao estabelecermos os
755 critérios, dissemos assim, entre aspas, “é isso que o órgão máximo do ambiente do
756 Paraná tem como descentralização!”

757 Aí vamos fazer uma revisão e aí a Câmara Técnica é o próximo passo, Marcelo,
758 instituir um grupo para elaborar uma minuta, ir para a Câmara sem minuta é inferno
759 total. Então, estou instituindo, em uma semana peço que os Conselheiros que queiram
760 fazer parte do grupo de trabalho encaminhem formalmente e isso pode ser por meio
761 eletrônico para a Secretaria Executiva para estabelecermos um grupo de trabalho que
762 vai ter um prazo de seis a oito meses para acompanhar e fazer a revisão da Resolução
763 088.

764 Por fim, quero dizer o seguinte - sei que não foi essa a intenção, mas como isso
765 vai constar em Ata eu preciso dizer que não houve, não há e nem haverá, na gestão da
766 qual eu sou o signatário da Secretaria, qualquer pressão política que mude uma decisão
767 técnica. Se houver eu peço que os senhores ingressem com uma ação diretamente contra
768 a minha pessoa. Não aceito, não tolero, não admito.

769 Em outras situações como o Bioclima eu vou traçar as políticas e quem vai
770 executar é o IAP. Eu vou acompanhar, fiscalizar, mas cabe a mim a definição da política
771 do Bioclima. Quem vai executar? É o Instituto Ambiental do Paraná. Quem vai
772 executar? É o Instituto das Águas do Paraná. Em algumas partes também o Instituto de
773 Terras e Cartografia. Não posso aceitar que há ou houve qualquer tipo, mesmo porque é
774 claro e autodenominado: o prefeito está se declarando que é apto para isso. Se ele falou
775 que fez e não tem, ele vai responder criminalmente pelos crimes que ele cometeu.

776 Volto a lamentar e volto a dizer: esse tema não foi pauta da reunião passada,
777 porque eu estava cumprindo, como eu não sabia dessa conversa, na reunião passada eu
778 até fui questionado, não foi nesse nível, mas eu trouxe cumprindo o Artigo 4º. Eu
779 trouxe, falei: “Seguindo o Artigo 4º queria informar que tais municípios estão aptos!”

780 Daí teve toda uma situação, aí eu falei: “Para, vamos voltar a pauta!”, por isso está na
781 pauta no dia de hoje, mas já tinha sido lido o parecer jurídico e estava à disposição. Foi
782 lido, foi conversado e foi disponibilizado o parecer jurídico. Portanto, eu entendo que
783 não há matéria a ser deliberada...

784 O Sr. Conselheiro Janderson Marcelo Canhada (COPATI):- Sr. Presidente, só
785 para dizer que em nenhum momento eu fiz qualquer tipo de ilação com relação à
786 condição ética do senhor nem com relação ao IAP. E, meu amigo Guatassara, não
787 estamos discutindo de novo a resolução, em nenhum momento eu discuti de novo a
788 resolução. Eu só trouxe à tona a discussão da resolução lá de trás, eu não estou
789 começando-a agora. Quem disse que era o CEMA que ia dar a última palavra não fui eu,
790 não foi a nossa Câmara Técnica que passou horas discutindo isso, e não foi o plenário
791 do CEMA. Foi o Secretário de Meio Ambiente, o Presidente do CEMA com a anuência
792 de todos nós, inclusive do senhor que estava presente. O senhor o ouviu dizendo
793 textualmente isso o que o João acabou de ler. Eu não inventei e não me sinto
794 constrangido, pelo contrário, estou exercendo o meu direito de cidadão e de
795 Conselheiro. E dizer publicamente do meu respeito e do meu carinho por você.

796 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
797 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Marcelo eu lhe agradeço e por
798 isso que eu fiz a ressalva quando eu falei que “eu sei que não foi isso que você quis
799 dizer”, mas era preciso constar por dever de ofício e pessoal.

800 Então, não havendo mais tema a ser deliberado, peço que seja consignada a
801 convocação de um grupo de trabalho e fazemos a comunicação de acordo com o parecer
802 jurídico acostado aos autos n.º 13.093.668-7. Também informo que o município de
803 Pinhais apresentou toda a documentação, tem parecer da mesma forma como os demais
804 que foram apresentados e vai ficar à disposição de todos os senhores na Secretaria
805 Executiva.

806 Por fim quero saudar mais uma vez e gostaria que as minhas falas da reunião
807 passada, João Batista, por favor, as falas da reunião passada sobre este tema e do
808 presente momento sejam disponibilizados para aqueles Conselheiros que não estão aqui
809 hoje ou que não estiveram na reunião passada, porque quero destacar exatamente o que
810 o Conselheiro Heitor, representante do Sindiseab, apontou que é o seguinte: Mais uma
811 vez o Paraná inova, e diferente de todos os estados dos quais nós temos visitado na
812 descentralização do licenciamento ambiental, o Paraná foi o único que estabeleceu
813 critérios para a verificação da competência, da capacidade dos seus municípios em

814 fazerem uma atribuição prevista na Constituição e depois regulamentada pela Lei
815 Complementar 140.

816 Independente de possíveis ações questionadoras no futuro, o Conselho
817 demonstrou claramente que se apodera do tema e não quer que a descentralização siga
818 de forma automática, criando passos e procedimentos para verificar a capacidade
819 técnica e estrutural dos seus municípios. E quem fez isso foi o Conselho de forma
820 democrática, depois de uma série de discussões.

821 Portanto, seguindo o trâmite, pergunto se mais alguém quer fazer uso da palavra
822 sobre este tema, porque aí vou fazer por conveniência pois não quero que isso se
823 transforme em algo que não é. Por isso estou reabrindo o que já tinha fechado para que
824 pudéssemos deixar isso o mais tranquilo possível. Adriano.

825 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Eu só queria entender,
826 Secretário Executivo, esse de Pinhais vai ser englobado neste lote de hoje ou vai ser
827 aprovado em agosto?

828 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (Sema):- Ele foi trazido e será
829 englobado no lote de hoje, atendeu também todos os preceitos, requerimentos e os
830 condicionantes da Resolução 088.

831 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Temos doze municípios,
832 então?

833 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
834 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Só esclarecendo, eu fiz uma
835 solicitação, Adriano, em virtude do último posicionamento até seu na última reunião,
836 que tínhamos três municípios e aí foi feito algum questionamento, não me lembro por
837 qual município - Campo Largo? Foi Campo Largo, e o motivo foi a ausências de
838 técnicos, que é um fato que todos vocês conhecem. Então, eu fiz uma solicitação
839 carinhosa ao nosso Presidente do IAP, ele atendeu e colocou uma força tarefa. Então
840 todos os processos, todos! Não existe nenhum processo no IAP mais. Não sei precisar
841 ao todo quantos foram.

842 A Sra. Conselheira Ana Cecília Bastos Aresta Nowacki (IAP):- Existem outras
843 seis solicitações de municípios, mas que não atendem os critérios estabelecidos na
844 resolução. São inclusive anteriores à resolução.

845 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
846 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Então foram dezoito solicitações
847 ao todo, sendo doze concedidas e seis estão sendo devolvidas às prefeituras para que

848 atendam ao Artigo 3º, é isso? Então, Adriano, só para explicar que foi uma força tarefa,
849 para que não tivesse qualquer sombra de dúvida, não tivesse qualquer discussão que não
850 fosse a discussão técnica, então foi feita a força tarefa e foi realizado o trabalho. Outros
851 municípios que quiserem podem protocolar a qualquer tempo, mas é um indicativo
852 ruim, diga-se de passagem, que após oito meses, quase um ano da decretação da
853 Resolução 088, apenas dezoito municípios de trezentos e noventa e nove, como o
854 Marcelo bem lembrou a segunda maior cidade do Estado por uma infelicidade não tem
855 capacidade de fazer a solicitação, sequer faz a solicitação, o que demonstra aquilo que
856 eu falei no começo: é preciso que nós enquanto Conselheiros, enquanto ambientalistas,
857 coloquemos a situação em dia. Nós temos que colocar em pauta e começarmos a
858 fortalecer o setor ambiental, porque a demonstração dos últimos anos é uma
859 demonstração da diminuição do esforço ambiental.

860 Então, pedindo todas as desculpas possíveis diante deste desentendimento do
861 qual quero deixar claro que não houve aqui por parte de nenhum dos Conselheiros, tanto
862 antes quanto agora, nenhuma situação em que vocês não tivessem com fundamento.
863 Mas cabe a mim uma decisão e eu a tomei, peço que todos possam compreender.

864 Seguindo a nossa pauta, passo para o item 'b' - por solicitação e peço vênias dos
865 Srs. Conselheiros, que a gente possa ouvir a representante do IAP, Ana Cecília.

866 A Sra. Conselheira Ana Cecília Bastos Aresta Nowacki (IAP):- Boa tarde a
867 todos. A pedido do João Batista foi encaminhada uma demanda do Conselheiro Adriano
868 a respeito do sistema de gestão ambiental que o governador lançou na última terça-feira.
869 O objetivo não é fazer a apresentação. Vamos combinar para a próxima reunião a
870 apresentação completa do sistema, mas só queria mostrar para os Conselheiros que o
871 principal módulo, que foi disponibilizado na terça-feira do sistema de gestão ambiental,
872 é o módulo de qualidade do ar - IQA, que está na página do IAP, no lado direito, até
873 para os senhores e para a sociedade em geral tomarem conhecimento e utilizarem a
874 ferramenta que permite o monitoramento da qualidade do ar em tempo real.

875 Se você quiser entrar agora, João, para a gente fazer um teste, tomara que dê
876 certo, a informática sempre nos deixa na mão, mas todas às vezes que eu entro dá certo.
877 Enquanto a gente tenta carregar, vou falando. O módulo é um sistema de gestão
878 integrada, vão integrar os dados de licenciamento e de monitoramento e na área de
879 licenciamento, inclusive a outorga. Estão sendo disponibilizados módulos aos poucos.
880 Então, em agosto fazemos uma apresentação do módulo do IQA, do módulo de
881 licenciamento e do módulo de restauração florestal, que são os módulos que estão sendo

882 disponibilizados aos poucos. Eu só queria informar, especialmente ao Conselheiro
883 Adriano, que a gente fará a apresentação completa na próxima reunião do Conselho,
884 tendo em vista que para hoje não era possível. Temos todas as equipes do IAP
885 trabalhando, hoje no IAP, já para passar o módulo de licenciamento aos nossos técnicos
886 inicialmente, depois para a população em geral. E só dizer que ali pelo jeito a internet
887 não nos ajudou.

888 Aparece o mapa do Paraná, você define a região de monitoramento da qualidade
889 do ar que você quer consultar, aparecem as estações e aparece em tempo real a
890 qualidade do ar neste momento em todas as estações automáticas que nós temos
891 atualmente na região metropolitana. Muito em breve teremos as estações em mais seis
892 municípios do Estado, inclusive Londrina, e os dados serão automaticamente
893 disponibilizados também para consulta em tempo real. É o segundo estado que
894 disponibiliza os dados dessa qualidade e nesse espaço de tempo para a população,
895 anteriormente só o Estado de São Paulo fazia e agora nós também fazemos.

896 O Sr. Conselheiro Heitor Rubens Raymundo (Sindiseab):- Tem aquele cadastro
897 integrado também.

898 A Sra. Conselheira Ana Cecília Bastos Aresta Nowacki (IAP):- Exatamente,
899 obrigado pela lembrança, Heitor. Tem a declaração de emissões atmosféricas que
900 também eram dados que eram disponibilizados internamente ao IAP, será o próximo
901 módulo também a ser disponibilizado. Nós teremos as indústrias com condições de
902 lançar os seus dados de emissões atmosféricas e vamos disponibilizar os dados em
903 tempo real também para a população.

904 Então, é só um breve informe. Agradeço a atenção de todos e na próxima
905 reunião faremos uma apresentação completa. Obrigada.

906 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Nesta apresentação de agosto,
907 particularmente estou mais interessado na questão da recomposição florestal no Estado.
908 Vão ser dados também deste projeto do Inventário Florestal e também o CAR?

909 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
910 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Podemos pôr em pauta, Adriano.
911 Acho que seria oportuno colocar os três temas o SGA, SICAR – Sistema de Cadastro
912 Ambiental Rural que vai envolver isso e podemos trazer o informe do inventário
913 florestal. Peço que se consigne para que a gente possa apresentar esses temas na
914 próxima reunião.

915 Professor Carlos, o senhor pediu uma questão de esclarecimento?

916 O Sr. Conselheiro Carlos Mello Garcias (PUC/PR):- A Resolução 088 demorou
917 um tempo enorme, foram discussões muito profundas e a discussão foi item a item,
918 vírgula a vírgula, ponto a ponto e nasceu o que foi estabelecido. Eu acho que para fazer
919 uma revisão, se for para ser estabelecido um grupo de trabalho, que o grupo de trabalho
920 tenha uma missão específica em relação a essa revisão da Resolução 088, que não se
921 abra uma revisão de novo sobre toda ela, mas que em paralelo possa acontecer como
922 está previsto, por ela mesma há previsão de revisão. Mas nesse momento acho que cabe
923 essa revisão deste debate que aqui se estabeleceu. Então, a missão tem que ser
924 específica do grupo de trabalho.

925 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
926 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Ana Cecília.

927 A Sra. Conselheira Ana Cecília Bastos Aresta Nowacki (IAP):- Aproveitando a
928 intervenção do Professor Carlos, talvez fosse interessante revisar não o quadro, acredito
929 que seja isso, Carlos. Revisar especificamente a questão da posição do Conselho,
930 porque realmente se formos rever todo o quadro agora vamos ficar mais dois anos
931 discutindo. Nenhum município vai aplicar efetivamente o licenciamento, porque a nossa
932 missão era estabelecer o quadro de quais tipologias tinham impacto local. Se a gente for
933 discutir isso novamente a menos de um ano da resolução aprovada é inviabilizar todo o
934 processo.

935 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
936 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Atendidas as solicitações,
937 passamos para o próximo item: definição dos membros representantes do Conselho
938 Estadual de Meio Ambiente no Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas. Passo a
939 palavra ao Secretário Executivo para que possa proceder a leitura do tema.

940 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (Sema):- Essa representação do
941 Conselho no Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas foi uma solicitação do
942 coordenador do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas, no caso o Secretário e
943 Presidente deste Conselho, solicitando indicações de membros, um titular e um
944 suplente, para compor o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas.

945 Como estava prevista uma reunião para o mês de maio, Presidente, nós
946 remetemos ofício para todos os Conselheiros para aqueles que tivessem interesse se
947 manifestasse sobre o interesse em participar desse fórum. Então, temos quatro pessoas
948 interessadas, o Francisco Reinord Essert - Oscip/Gerar, Luciane Cortiano Liotti - SEED,
949 Irineu Roveda Júnior - FIEP e Alfredo Raeder - CREA/PR presentes aqui também.

950 Qual procedimento que estabelecemos? Se fossem só duas pessoas sortearíamos
951 quem seria titular e suplente. Como foram quatro pessoas, fizemos sorteio quem seria
952 titular e suplente até esta reunião que aqui deve ser referendado ou reescolhido um novo
953 representante. Então, desses quatro que apresentaram, foram sorteados o Alfredo Raeder
954 e a Luciane Cortiano Liotti. Só que a Luciane Cortiano Liotti bem como o representante
955 da Gerar, Francisco Reinord Essert, já representam o fórum pelas suas entidades. Então,
956 ficou definido para deliberarmos hoje aqui a representação do Conselho, sendo o titular
957 Alfredo Raeder e suplente Irineu Roveda Júnior. Ficando, então, Sr. Presidente, essa
958 matéria para ser apreciada, já que foram as duas pessoas que mostraram interesse sendo
959 sorteadas dessa forma e sendo necessário o *referendum* do plenário.

960 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
961 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Antes de passar a palavra para
962 quem quiser se inscrever, quero dizer que enquanto Presidente do fórum faço o convite
963 a todos os Conselheiros, independente de serem membros ou não, que participem das
964 discussões com direito a voz que será outorgada por meio de uma resolução que
965 deixarei consignada no fórum. Qualquer Conselheiro do CEMA terá voz no fórum.

966 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Sr. Secretário Executivo, eu
967 não entendi, são pessoas ou instituições?

968 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (Sema):- São pessoas
969 Conselheiros para serem representantes do Conselho Estadual de Meio Ambiente no
970 Fórum de Mudanças Climáticas que são pessoas Conselheiros efetivamente que
971 trabalham e são indicadas aqui.

972 O Sr. Conselheiro Cláudio Jesus de Oliveira Esteves (CEDEA):- O Conselheiro
973 do CREA e o Roveda saíram daquela lista anterior em virtude do que você explicou. A
974 gente teria um nome a apresentar para apreciação, obviamente respeitando as pessoas
975 que saíram daquela lista e entendendo que são excelentes representantes e talvez até
976 entrar em um acordo, não sei se o CREA ou a FIEP já não tem representação no
977 decreto. Desculpe Caetano, a FIEP ou o CREA já não tem representação no decreto?

978 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
979 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- A FIEP tem.

980 O Sr. Conselheiro Cláudio Jesus de Oliveira Esteves (CEDEA):- Então, talvez se
981 pudesse entrar em um acordo com o Roveda para colocarmos o Francisco da
982 Oscip/Gerar em função da FIEP já ter essa representação naturalmente, alguma coisa

983 nesse sentido. O Francisco teve que se ausentar, mas o CEDEA o apoia como um desses
984 representantes. Caso houver um acordo, me veio a FIEP porque ela tem a representação.

985 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
986 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Cláudio, mas o Francisco
987 também já é Conselheiro do fórum.

988 O Sr. Conselheiro Cláudio Jesus de Oliveira Esteves (CEDEA):- Ele é
989 Conselheiro?

990 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
991 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Sim, mas aceito os dois como
992 suplentes, não tem problema nenhum.

993 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (Sema):- Então, o titular fica o
994 Alfredo Raeder, suplente o Irineu Roveda e Francisco Reinord Essert como suplente do
995 Irineu Roveda.

996 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
997 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Obrigado. Há ainda alguma
998 questão a ser debatida sobre este tema? Em votação. (Pausa). Os que forem favoráveis
999 permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (Pausa). APROVADO por
1000 unanimidade.

1001 Próximo item: eleição dos novos Conselheiros. Precisamos de uma Comissão
1002 para a eleição das entidades ambientalistas não governamentais que têm representantes
1003 nesse Conselho - gestão 2014 a 2016. Passo a palavra ao Secretário Executivo João
1004 Batista para encaminhar o tema.

1005 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (Sema):- Como todos sabem,
1006 de dois em dois anos são renovados os Conselheiros das organizações não
1007 governamentais ambientalistas que têm cadeira neste Conselho. Então, é feito todo um
1008 processo inicial de cadastramento, recadastramento de todas as organizações não
1009 governamentais e tem o cadastro estadual de entidades não governamentais que faz
1010 parte do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Todas essas instituições, então, podem
1011 se habilitar, a partir do momento em que elas estejam cadastradas, as documentações
1012 devidamente conferidas e a própria coordenação do cadastro estadual checa essas
1013 informações. Há o processo de escolha entre as próprias ONG's que terão o processo de
1014 escolha democrática entre eles, no processo que é regido, que é encaminhado pela
1015 Secretaria Executiva como observadores do próprio Conselho para fazermos todo esse
1016 processo.

1017 Então, inicia com esse processo de cadastramento, recadastramento, as entidades
1018 que tiverem interesse em se candidatar manifesta esse interesse para escolherem quatro
1019 entidades titulares e quatro suplentes e isso é feito de forma democrática, pelo voto
1020 aberto entre todas essas organizações cadastradas.

1021 Então, vejam, primeiro precisamos compor essa Comissão Eleitoral e escolher
1022 dois coordenadores. Na versão passada foi sugerido, até pelo fato da integração entre os
1023 Conselhos, que essa Comissão Eleitoral fosse conduzida, como são três pessoas, pelos
1024 três Secretários Executivos do Conselho Estadual de Meio Ambiente, do Conselho
1025 Estadual de Recursos Hídricos e do Conselho do Litoral. Esse foi o critério utilizado
1026 para o estabelecimento desta Comissão Eleitoral, e da plenária foram indicados dois
1027 membros escolhidos voluntariamente para acompanhar todo esse processo, que é bem
1028 bacana, bem democrático e bem tranquilo.

1029 Então, devolvo a palavra, Sr. Presidente, para que a gente escolha três
1030 representantes para a Comissão Eleitoral, sendo o Secretário Executivo, mais dois e dois
1031 observadores para este processo todo.

1032 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
1033 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Primeiro faço a solicitação que o
1034 Secretário Executivo seja o Presidente da Comissão, até porque ele já tem conhecimento
1035 e conhece as ONG's que vão participar. Alguém quer fazer alguma indicação? Há uma
1036 sugestão apresentada pelo Secretário Executivo, votada em 2012, dos três Conselhos
1037 terem representantes na Comissão e depois dois observadores. Se os Conselheiros
1038 acharem que pode ser assim, podemos encaminhar da mesma forma. Há alguma posição
1039 em contrário? Então, faço por solicitação, Sr. Secretário, que coloque o senhor como
1040 Presidente, a Mariana como Conselheira do Recursos Hídricos e a Carmem Leal como
1041 Secretária Executiva do Colit, e aí peço a indicação de dois observadores do plenário.

1042 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Me candidato.

1043 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
1044 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Com a palavra o Secretário
1045 Executivo, João Batista.

1046 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (Sema):- Adriano, deveria ser
1047 observador quem não está envolvido no processo eleitoral.

1048 O Sr. Conselheiro Cláudio Jesus de Oliveira Esteves (CEDEA):- Faço um apelo
1049 às organizações da sociedade civil, que não sejam entidades não governamentais, que
1050 pudessem assumir como o Sindiseab, a FETAEP se tiverem disponibilidade.

1051 O Sr. Conselheiro Heitor Rubens Raymundo (Sindiseab):- Se há essa solicitação
1052 de uma ONG topamos integrar sim essa Comissão, ou o titular ou a suplência.

1053 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
1054 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Vai ficar o suplente, porque a
1055 titular já é membro efetiva.

1056 O Sr. Conselheiro Cláudio Jesus de Oliveira Esteves (CEDEA):- Talvez a
1057 FETAEP.

1058 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
1059 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Pode? Então, fica o representante
1060 da FETAEP e aí já fizemos os dois observadores e mais os cinco. Obrigado pelas
1061 sugestões. Os Conselheiros que aprovam permaneçam como estão, os contrários se
1062 manifestem. (Pausa). APROVADO.

1063 Existem inscritos para a Tribuna Livre?

1064 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (Sema):- Sim. Manifestaram-se
1065 previamente o Conselheiro Cláudio Jesus e Adriano Wild.

1066 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
1067 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Passo a palavra aos inscritos,
1068 com o tempo máximo de quinze minutos divididos em igual tempo.

1069 Com a palavra, o Conselheiro Cláudio.

1070 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (Sema):- Adriano, o Cláudio
1071 está perguntando se você não quer usar a palavra primeiro para ele instalar a
1072 apresentação e assim otimiza o tempo.

1073 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Seguindo o mesmo espírito do
1074 Secretário Caetano, fazer uma reflexão sobre o papel deste Conselho.

1075 No final do ano passado fiz uma apresentação para a plenária exatamente
1076 questionando sob a ótica da sociedade civil o papel deste dentro do Conselho.

1077 O que temos observado atualmente? Notícias de cunho ambiental têm aparecido
1078 na imprensa diariamente ou uma vez por semana, com certeza, e o Conselho não está
1079 sabendo dessas coisas. Vou dar um exemplo, a Ana acabou de falar sobre a gestão
1080 ambiental. Saiu na imprensa e os Conselheiros não receberam essa informação
1081 concomitante com a imprensa e deveria receber, pelo menos no meu ponto de vista.

1082 A questão do leilão das florestas. Podem até dizer que este assunto é da
1083 Secretaria da Agricultura e as florestas são de fomento, etc., mas não sabemos aonde
1084 são essas florestas. Quer dizer, nós, Conselho de Meio Ambiente que tem muita ligação

1085 com as florestas, não sabemos aonde são essas florestas que são de fomento, mas têm
1086 algumas parcelas, alguns fragmentos importantes na mata atlântica.

1087 Mais especificamente sobre essa divulgação da aprovação do Parque Nacional
1088 Guaricana. Eu fiquei muito constrangido, porque recebi esta notícia através da AN
1089 Notícias que finalmente o Parque Nacional Guaricana tinha sido aprovado e finalmente
1090 é a primeira unidade de conservação do Governo Dilma. Acessei o site do ICMBio e
1091 ninguém fala nada deste decreto. E outra curiosidade é que essa notícia estadual fala
1092 sobre um parque nacional federal e deveria ser exatamente o contrário.

1093 Bom, citei esses três exemplos, porque nós estamos sendo mal informados. Está
1094 faltando um elo mais próximo das atitudes que as autoridades do Paraná estão tomando
1095 sem conhecimento do Conselho.

1096 Agora são só informações. No dia 24 de maio passado em São Paulo aconteceu o
1097 Seminário da Semana da Mata Atlântica, foram feitos alguns lançamentos e um deles é
1098 o lançamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica sobre a cadeia produtiva do
1099 pinhão. Infelizmente os meus exemplares acabaram. A promessa que eu tenho é que
1100 dentro do site da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica vai sair esse caderno sobre a
1101 cadeia produtiva do pinhão. Muito importante para o nosso Estado e principalmente
1102 continua tendo um grupo, uma Câmara Temática, um grupo de trabalho que está
1103 analisando a questão da araucária, como aconteceu ontem.

1104 Outro item. Eu participei hoje da reunião do Conselho Municipal de Curitiba e
1105 foi mencionada lá a questão do lixo eletrônico. Não existe uma regulamentação nem no
1106 Conama, há dois anos foi formada uma Câmara Técnica para estudar isso. Eu queria
1107 lançar este desafio de que o Conselho, através dos seus representantes Conselheiros,
1108 pudesse criar uma legislação específica no caso do Paraná. É um pontapé de vanguarda
1109 a questão de uma política estadual com respeito ao lixo eletrônico.

1110 Então, não é somente uma questão de recolhimento do lixo eletrônico como
1111 aconteceu na Semana do Meio Ambiente aqui em Curitiba, mas olhar essa questão do
1112 lixo eletrônico em todas as suas nuances principalmente na questão da saúde, dos
1113 resíduos perigosos, produtos químicos perigosos envolvidos. Enfim, lanço aqui essa
1114 ideia de formar um grupo, não sei como, sinceramente não sei como, mas que pudesse
1115 trabalhar em cima da Política Estadual da questão dos Resíduos Eletrônicos.

1116 Só isso. Obrigado.

1117 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
1118 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Obrigado, Adriano. Passo a
1119 palavra ao Cláudio para fazer uso da Tribuna Livre.

1120 O Sr. Conselheiro Cláudio Jesus de Oliveira Esteves (CEDEA):- Eu achei que
1121 tinha gravado uma apresentação, mas não veio. A minha fala vem na direção do que o
1122 Presidente colocou, trazer temas que são candentes e colocar o Conselho mais em
1123 sintonia com as aspirações da sociedade e também vai muito ao encontro do que o
1124 Conselheiro Adriano falou. Acho que tínhamos que fazer em uma reunião ou ordinária
1125 ou talvez até extraordinária, uma agenda de temas, tanto que estou trazendo a agenda do
1126 CEDEA, essa não é uma agenda fechada, mas é algo que queremos colocar em comum
1127 acordo de algumas temáticas. Algumas são alvos de ações no Ministério Público, outras
1128 aparecem constantemente na imprensa, enfim, temáticas ambientais de interesse do
1129 Estado, da sociedade, das ONG's, do segmento empresarial, de todos os segmentos que
1130 têm assento aqui.

1131 Enumerei algumas, não vou entrar no conteúdo, no mérito de cada uma delas. A
1132 questão do *fracking*, a área técnica de fraturamento hidráulico do gás de xisto; a questão
1133 da Usina Hidrelétrica do Baixo Iguaçu, lá na região do Capanema; as questões dos
1134 projetos de infraestrutura aqui no litoral do Paraná de expansão industrial e portuária; a
1135 questão dos agrotóxicos no interior no Paraná, principalmente; a questão da PL 721,
1136 Projeto de Lei 721 sobre a reforma dos mananciais; a questão que é recorrente na
1137 imprensa e volta e meia aparece que é a questão da Sanepar, a questão do controle
1138 acionário e por aí afora. Agora, neste período de inundações, recentemente tivemos a
1139 questão do decreto das várzeas que repassa para as prefeituras poderes de ocupação
1140 sobre várzeas. O Marcelo, antes de ir embora, colocou sobre uma resolução de ruídos
1141 que ele encaminhou dentro do Conselho e está na CT de Qualidade Ambiental.

1142 Enfim, é uma série de temáticas ambientais, como coloquei no começo, que acho
1143 que teríamos que ver, talvez com o João que conhece bem o regimento ou o próprio
1144 Presidente, como poderíamos fazer uma reunião para discutir essas temáticas, chamar as
1145 pessoas que estão responsáveis por isso dentro do Estado ou em outras, nós também
1146 temos os nossos especialistas e fazer um debate sobre essas temáticas. É isso que nós
1147 queremos. Temos a temática das florestas que o Adriano levantou para esclarecer esses
1148 assuntos de uma forma democrática, aberta, enfim. Obrigado.

1149 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
1150 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Obrigado, Cláudio. Então, vou

1151 fazer uma solicitação, se você puder encaminhar por escrito as propostas de temas, vou
1152 acatar a sua sugestão. E vou lançar um desafio, que na nossa agenda de agosto reserve o
1153 dia inteiro. Vou me comprometer a arrumar o almoço e vamos tentar fazer um dia.
1154 Teríamos o período da manhã para o debate com tempo, podemos debater temas como
1155 esse que você colocou ou que o próprio Adriano colocou ou outros temas que acharmos
1156 oportunos a exemplo do que acontece no Conama onde, na primeira parte, temos um
1157 debate que aprofunda o tema. Às vezes é um tema que parece espinhoso e, de repente,
1158 ele é simples, aqueles temas, como o de hoje, parecem simples e viram espinhosos.
1159 Então, é só no debate que vamos conseguir se informar.

1160 Está acatada a sugestão, só peço que você encaminhe as suas propostas para que
1161 possamos fazer uma agenda de temas para o Conama. Vamos ter uma reunião em
1162 agosto e outra em dezembro, podemos fazer uma intermediária, talvez não no período
1163 integral, mas no meio fazemos uma para dar conta desta temática que você sugeriu,
1164 Cláudio.

1165 O Sr. Conselheiro Cláudio Jesus de Oliveira Esteves (CEDEA):- Obrigado pela
1166 sensibilidade, Presidente.

1167 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
1168 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- E só para responder, Adriano.
1169 Duas coisas, realmente a questão da comunicação é um problema institucional sério. O
1170 nosso amigo Secretário Executivo vai se comprometer uma vez por semana passar e-
1171 mail da pauta que está sendo discutida na Secretaria de Meio Ambiente. Então, uma vez
1172 por semana ele comunica os Conselheiros. Se não tiver nada, não é porque não tem
1173 alguma coisa, é porque ele esqueceu, aí vocês pegam no pé dele.

1174 Sobre o lixo eletrônico teve uma discussão em 2001/2002, senão me engano,
1175 teve um projeto de lei, acho que já é lei, acho que até poderíamos verificar, Secretário,
1176 do Deputado Edson Praczyk e da Deputada Rosane Ferreira. Acho que foi feito uma lei
1177 no Paraná, acho que foi a primeira lei do Brasil, é uma lei do Paraná. Você me falando
1178 agora, lembrei-me de um debate que aconteceu no início do ano 2000 na Assembleia
1179 Legislativa. Então, vou solicitar que a gente faça essa pesquisa e ver se a lei está de
1180 acordou ou não, se ela precisa de regulamentação, e aí faríamos a proposta de um grupo
1181 para fazer a decisão do lixo eletrônico.

1182 E, por fim, sobre o Parque Nacional Guaricana, eu estive com a Ministra e
1183 apresentei um ofício do Governo do Estado do Paraná pedindo informações por que não
1184 tinha sido decretado até o presente momento e levantei uma série de óbices que

1185 poderiam existir. Alguns deles eu não vou, mas alguns simples. Nós preenchemos, o
1186 João Batista foi muito decisivo e em algumas outras ONG's, Adriano, contribuíram de
1187 forma muito importante, porque acompanharam todo o processo de audiência pública,
1188 desde 2008, 2009, quando se iniciou o tema.

1189 E na minha conversa ela me garantiu que no dia 05 seria assinado o decreto. E
1190 eu, por dever do que tinha falado para ela, falei que ia comunicar, porque caso não
1191 houvesse e estou falando para consignar em Ata isso, não houvesse decretação em
1192 tempo hábil eu faria pelo Estado do Paraná uma Estação Ecológica no mesmo lugar. Ou
1193 seja, ou pelo sistema nacional ou pelo sistema estadual de unidades de conservação, por
1194 quê? Porque existe uma série de manifestações, em especial do Ministério de Minas e
1195 Energia sobre a área.

1196 Então, a demora na decretação pode ocasionar a perda dela e isso me deixou
1197 bastante preocupado. E eu tomei todos, e eu sei que isso que eu fiz foi ousado, vamos
1198 dizer assim, mas justamente para que eu possa provocar esse tema e não perder essa
1199 área do Paraná, porque tem a discussão de transmissão de energia elétrica, tem
1200 discussão de PCH, tem discussão de ferrovias. E aí nós conseguimos primeiro retirar a
1201 ferrovia de dentro do parque, passava dentro o Parque Nacional Guaricana e do Saint-
1202 Hilaire, uma discussão em que a FIEP teve um papel muito bacana nisso e eu tive a
1203 grata felicidade de ser o Presidente daquela Comissão, e conseguimos tirar a ferrovia
1204 dos dois parques nacionais, passando um traçado novo, que é o traçado sete que não
1205 interfere nos parques nacionais muito menos corta. Não preciso dizer para vocês que
1206 sou radicalmente contra a qualquer estrada parque da vida, porque não existe. Unidade
1207 de conservação é uma unidade.

1208 Então, foi um ato político do Estado do Paraná, dizendo: “Esta área é prioritária
1209 para conservação, seja pelo meio nacional ou pelo meio estadual!”

1210 O Sr. Conselheiro Heitor Rubens Raymundo (Sindiseab):- ... Conselho
1211 Municipal desses municípios que já aprovamos para mostrar essa correlação de
1212 importância que eles têm no controle social e também para fazer esse debate. Tem dois
1213 debates que a sociedade está fazendo que a gente não debate. Por exemplo, sobre o
1214 Conselho Estadual de Recursos Hídricos não passou a PL 721. Na audiência pública
1215 que teve na Assembleia Legislativa não passou e me parece que não pode um projeto ir
1216 para a Assembleia Legislativa sem passar aí. A outra questão é sobre o zoneamento que
1217 está tendo debate no Paraná que precisa permear também a este Conselho, de uma

1218 maneira concreta, porque são políticas públicas desenvolvidas por um ente público que
1219 capitania isso.

1220 Então, queria sugerir que pudéssemos, fazendo uma sopinha boa, pegar esta
1221 proposta que temos aqui e tentássemos organizar um seminário, talvez chamando as
1222 ONGs, o Sindicato e a Secretaria Executiva de um dia, dois dias, não sei, aonde as
1223 políticas públicas da Sema como a questão do ICMS Ecológico a quanto anda, como
1224 está? E a questão da PL 721, o zoneamento, enfim, essas coisas fossem colocadas junto
1225 com os Conselhos Municipais onde aprovamos hoje essa instituição chamando o
1226 pessoal para mostrar essa correlação que o Conselho está referendando este tipo de
1227 política contando muito com o controle social que é exercido pelo conselho local e não
1228 por este Conselho. Quer dizer, até por este Conselho, mas muito mais pelos conselhos
1229 locais. É uma proposta.

1230 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
1231 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- A gente vai verificar a
1232 viabilidade inclusive financeira disso, mas acho uma excelente ideia, Heitor, fazer um
1233 seminário e convidar não só aqueles que já estão como aqueles que podem vir até para
1234 conhecer como vai ser o sistema.

1235 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Apenas corroborando, numa
1236 conversa que eu tive lá em São Paulo no dia 24 no Seminário da Mata Atlântica, estava
1237 lá o Colosso da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, exatamente perguntando para
1238 ele quando finalmente iria acontecer esse desfecho do Guaricana. Ele falou com tanta
1239 convicção que estava tudo pronto, tudo certinho, eu fiquei entusiasmado. Aí veio uma
1240 notícia quatro ou cinco dias depois pelo AN Notícias, bom deve aproveitando o dia 5 de
1241 junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, mas infelizmente isso são coisas da nossa
1242 burocracia.

1243 O Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente
1244 do CEMA, Antônio Caetano de Paula Júnior (Sema):- Serão feitos três parques
1245 nacionais, vão ser assinados, está na mesa da Presidente: O Parque Nacional do Paraná,
1246 que é o Guaricana, um de Minas Gerais e outra na Amazônia, desculpe, mas não vou
1247 lembrar o Estado. Mas os três estão assinados. Só não foram por alguma razão, porque
1248 teve um problema em Minas Gerais, eu falei com a Ministra ontem, então, independente
1249 do que acabei de dizer preciso fazer justiça à informação oficial.

1250 Não havendo mais temas a serem tratados, agradeço a presença de todos,
1251 fazendo a pré-convocação para a primeira semana de agosto para a nonagésima reunião

- 1252 ordinária, a qual espero tenhamos boas notícias para comemorar esse número
- 1253 importante de reuniões do Conselho. Muito obrigado. Está encerrada a reunião.